

Comentários às Teses ao XIV Congresso do PCB:

Pedro Castro (Rio de Janeiro)

A – À Introdução “*Reconstrução Revolucionária*”

Esta introdução, entre outras colocações, faz uma espécie de autocrítica às posições do antigo Partidão na realidade brasileira, considerando seus erros em três momentos da história do Brasil: 1935, 1964 e 1980. Entende que o PCB dessas épocas desperdiçou oportunidades históricas favoráveis que lhe foram ensejadas e sugere que mais uma se apresenta agora e atribui a possibilidade de avanço atual “em grande medida dos que estamos construindo o PCB, de nossa dedicação revolucionária, da superação dos desvios pequeno burgueses, do debate franco e fraterno..” interno e externo.

Em nossa opinião as orientações da história brasileira e no seu bojo as posições e comportamentos dos seus partidos políticos, aí incluído o antigo Partidão, têm suas determinações situadas muito mais no plano do que nessa introdução se registra como “fatores objetivos e subjetivos, correlação de forças mundial e ambiental,” do que das posições teóricas e ideológicas e da prática dos seus quadros e no momento, entre eles, os quatro que hoje se auto intitulam “comunistas” (PCB, PCdoB, PCML e PCR).

Ou seja, é na estrutura e no quadro real da expansão e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que reside a fertilidade do processo objetivo e subjetivo que fornece a descrição e a explicação tanto desta evolução e desenvolvimento global do nosso capitalismo quanto da performance e das orientações dos seus partidos políticos, entre os quais os PCBs de ontem e de hoje. E não ao inverso.

Como são 3 as teses (*O Capitalismo Hoje; Socialismo, Balanço e Perspectivas; e A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil*) almejamos que estes nossos comentários iniciais possam ser fertilizados com outras idéias adiante, a ponto de conseguirmos relacionar a constatação sobre a Introdução ora em exame com as idéias e formulações contidas nas três teses supramencionadas.

B - Tese I – *O Capitalismo Hoje*

Preliminarmente, registramos que a rigor a abordagem contida nesta Tese refere-se ao “capitalismo ontem e hoje” e não apenas ao capitalismo hoje.

A categoria “crise” aparece ao menos 25 vezes só no texto desta tese., independente de sua referência internacional e nacional e de distintas épocas. Sem dúvida é, salvo categorias como “história”, “capitalismo”, partidos, sindicatos etc., a categoria a que mais se recorre no texto.

No item III – “*O Capitalismo contemporâneo*” à pg. 6, registra-se a emergência do Welfare States (Estado do Bem Estar Social), como conseqüência de uma série de fatores, sem dúvida relevantes. Ao nosso juízo, esse tipo de Estado surgiu fundamentalmente como uma espécie de contrapartida ou tentativa de resposta dos principais países capitalistas da época aos avanços do Estado socialista no campo social, nas republicas da então URSS ou em outros países do Leste europeu.

Ainda nesta página e no sub-item “*Neoliberalismo e Globalização*”, parte do item III, há uma referência ao que se chama aí de “crise política vivenciada nos anos 1980 pelos países socialistas do Leste Europeu e com maior dramaticidade pela União Soviética, da era Gorbachev”. Trata-se de uma constatação geral de um processo que tem seus antecedentes em períodos históricos anteriores da URSS. Como a questão volta a ser considerada na tese II, reservamo-nos para outros comentários, se for o caso, adiante.

Nos sub-itens 54, 55 e 56, contestando o que se considera “moda da esquerda dizer que o tempo do trabalho se foi e seria a vez dos excluídos” afirma-se que “o proletariado não diminuiu, ao contrário, cresceu em termos mundiais” e que, “pela primeira vez, a maioria da população mundial está submetida

ao processo de produção de mais valia, vivendo no assalariamento, vendendo sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção”. Omitem-se aí duas peculiaridades dessa época da mais recente “reestruturação produtiva” do capitalismo, a saber: o elevadíssimo crescimento do Exército Industrial de Reserva (EIR); e o que Francisco Teixeira (1) chama de “gigantesco esqueleto mecânico”, cuja fonte externa básica é a “subcontratação”. Segundo ele, no capitalismo hodierno “as grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e micro empresas, espalhadas ao seu redor, que têm como tarefa fornecer os *inputs* necessários para serem transformados em *outputs*, por aquele monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores doméstico, artesanal e familiar, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. Constituem-se todos como fornecedores de trabalho ‘materializado’ porque, agora, a compra e venda da força de trabalho são veladas sob o véu da compra de mercadorias semi-elaboradas”. Nesse processo o que ele chama de “radicalização do trabalho abstrato”, em termos de formas de pagamento da força de trabalho, trata-se de uma “forma transfigurada do trabalho por peça” (analisada por Marx em *O Capital*), cuja peculiaridade está em que diferentemente do salário pago por tempo de trabalho este passa a ser pago pela quantidade de mercadoria, em que o dia de trabalho é expresso pelo número de unidades que produziram. “Quanto ao tempo de trabalho necessário que deve ser despendido em cada unidade de mercadoria ou venda de serviço a empresa compradora fixa esse tempo e faz dele a base de pagamento a seus fornecedores. Nessa nova forma de trabalho abstrato, em grande medida o trabalhador torna-se, ele próprio, uma fonte potencializada de auto exploração”.

Por outro lado, conquanto possa ser verdadeiro que o proletariado e o volume do assalariamento tenham crescido, no caso brasileiro, registra Luiz Gonzaga Beluzzo (2): “Se compararmos os tempos atuais com os anos de capitalismo domesticado, do final dos anos 1970, o desempenho dos salários é grotesco. A renda dos estratos inferiores praticamente ficou estagnada, enquanto a renda dos de cima cresceu de uma maneira absurda. Para se ter uma idéia, em 1960 o salário de um grande executivo era, em média, 30 vezes maior do que o salário de um trabalhador de chão de fábrica. Hoje, essa diferença é de 375 para um”. Paralelamente, outros estudos (3) já registraram que a renda dos trabalhadores no Brasil, em 1990, representava 45,3% do PIB e em 2002 (quando o desemprego atingira 12,5 milhões de brasileiros) já havia despencado para 36,1%. No mesmo período a renda do capital subia de 32,5% para 41,9%.

No sub-item “*A crise econômica atual*” (64) a análise é feita tendo em vista os ciclos de crise do capitalismo de curto prazo, a partir da crise de 1987 até a crise dos dias atuais, iniciada em 2007. Qual a relação dessas crises cíclicas de curto prazo (7 a 10 anos) com as chamadas crises cíclicas de longo prazo de Kondratief? .

No sub-item 67 fala-se da crise sem precedentes da indústria automobilística estadunidense com fortes prejuízos de suas três maiores montadoras, sem levar em conta as diferenças dessas tendências das mesmas no interior dos EUA e em outros países onde elas existem, a exemplo do que ocorrera com a GM no Brasil, altamente rentável quando comparada com sua matriz nos EUA.

Nos subitens 69 a 71 indagamos se há algum indicador quantitativo do simultâneo crescimento, da taxa de mais valia e redução da taxa de lucro resultante da elevação da composição orgânica do capital, conseqüente da revolução tecnológica naquele país, na economia dos EUA e nas taxas de lucro das grandes empresas mundiais, desde os anos 1960.

No item *IV – Capitalismo e luta de classes hoje*, subitem 78, outra vez a questão do socialismo na ordem do dia é atribuída basicamente ao tipo e perspectiva de luta das forças revolucionárias, ainda que não se especifique qual a natureza dessas forças. De qualquer modo a afirmação parece descolada da análise do processo de evolução e expansão do capitalismo e de suas contradições.

O subitem 92 sugere a necessidade de melhor esclarecimento da possibilidade de ocorrência de tendências distintas de crescimento e/ou redução das taxas de mais valia e de lucro do capital.

No subitem 93 parece suposta a incompatibilidade entre a integração mundial da burguesia com o capital cada vez mais concentrado e sob a égide do capital monetário e a inexistência de uma economia mundial unificada e regida por uma organização global da ordem sintonizada conforme os desejos do capital. Primeiramente, é possível questionar se essas duas configurações são efetivamente incompatíveis. Em segundo lugar, embora não exista uma global sintonizadora da ordem sob os desejos do capital, a partir de certa época surgiram algumas organizações sobretudo na Europa e nos Estados Unidos (Council on Foreign Relations, Business Council, Political and Economic Planning, Banco Mundial, FMI e OMC, por exemplo) que atuam nesse sentido, cumprindo o papel de sintonizadoras dos interesses do capital, na medida do possível..

O subitem 94 diz que “desaparece a possibilidade de eclosão de revoluções de caráter ‘nacional libertadora’, ou seja, de alianças entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional, em países periféricos”. Daí “colocar-se na ordem do dia a estratégia revolucionária de luta pelo socialismo”. É esse conteúdo que se atribui às recentes transformações progressistas em alguns países da América Latina? Há neles efetivamente uma estratégia revolucionária de luta pelo socialismo? E se há, no sentido de que socialismo? Sobre esta questão é possível encontrar textos de teóricos atualmente exercendo relevantes cargos públicos em governos como o da Bolívia que não parecem sequer propugnar pelo socialismo em suas estratégias.

O subitem 95 também sugere que a tese assume a expressão “classe dos que vivem do trabalho”(segundo ele próprio, da autoria de Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho), em lugar dos conceitos “operariado”, “proletariado” ou “assalariado” e das expressões “classe operária”, e “operariado industrial”. Nesse sentido a indagação principal é se as categorias substituídas por aquela nova concepção perderam a capacidade de dar conta da análise da realidade atual, como o teriam feito por ocasião da redação do Manifesto Comunista de 1848 e mais adiante, por exemplo, do Plano de Transição de Trotski.

Tudo indica, outrossim, que a abordagem desta tese em grande parte, a partir do subitem 96, assume uma visão gramsciana tanto de análise e compreensão do processo de expansão do capitalismo, quanto de algumas proposições no sentido do caráter da orientação à classe trabalhadora em sua luta contra o capital. Assim é que a categoria “hegemonia” é adotada, significando “a capacidade de um grupo social unificar em termos de seu projeto político um bloco mais amplo, não homogêneo, marcado por contradições de classe”. Como tal concepção de hegemonia a entende como algo atribuível ao grupo ou à classe mas que se conquista, essencialmente, por meio da direção política e do ‘consenso’, é possível argüir se, no momento, no caso brasileiro, por exemplo, tal exercício da hegemonia refere-se ao proletariado, à classe operária ou a um grupo social específico representado pelo partido político que se supõe sua vanguarda, independentemente de sua origem de classe.

Além disso, observe-se que no subitem 99 despreza-se a adoção anterior da expressão “classe que vive do trabalho” para atribuir agora ao partido “operário” o papel de forjador da vontade coletiva capaz de hegemonizar o projeto político de construção da sociedade socialista. Ai parece haver uma ambigüidade no uso dessas categorias enquanto analíticas do processo real dos dias atuais.

No subitem 99 ainda cabe a discussão sobre se o papel de aglutinador e propulsor da organização da vontade coletiva no sentido da transformação voltada para o socialismo cabe exclusivamente a um ou a mais de um partido político ou ainda a uma frente de partidos ou de partidos e outras entidades, organizações ou movimentos sociais.

O subitem 100 indica que a permanência das imensas contradições do capitalismo na chamada “crise global” que põe em cheque o neoliberalismo “permite concluir que estariam dadas as condições nas quais o trabalho revolucionário de organizações e a construção da hegemonia proletária permitirão a derrocada final do regime que nos oprime e a construção da sociedade socialista”. Aqui cabem, preliminarmente, as perguntas: Porque? E como? Quem sabe teremos estas respostas adiante?

O item V – *Capitalismo e luta de classe no Brasil* inicialmente parece simplificar a análise das razões estruturais que ensejaram a elevação ou avanço do movimento operário e sindical do ABC paulista, na passagem dos 70 para os 80. Ao nosso juízo a tese subestima a relevância do surto de crescimento sobretudo dos 10 anos do período chamado nesta tese de “ciclo longo da economia brasileira crescente”. Embora ai se fale também do crescimento da indústria, a análise carece de aprofundamento sobre o significado tanto desse crescimento do parque industrial, quanto de tudo um processo de “modernização” do sistema econômico brasileiro naquele período, bem como das contradições no seio da economia em geral e até de alguns setores e sub setores entre si ou na relação com o Estado, à época bastante autoritário, centralizador, controlador de poderes e repressor. Tais contradições sem dúvida também ensejaram a abertura de flancos através dos quais o movimento operário e sindical em geral pôde fluir e desenvolver-se.

Os sub itens 103 a 107, que cuidam de descrever e explicar o surgimento e a expansão no capitalismo brasileiro do modelo neoliberal parece subestimar a relevância do papel representado por alguns setores produtivos da economia do país, notadamente os da indústria automobilística e de todo o parque industrial do seu entorno, além de algumas corporações transnacionais em vários campos, ou super empresas inclusive estatais ou mistas, posteriormente privatizadas total ou parcialmente, a exemplo da CSN, Vale do Rio Doce, Petrobras, Embratel, Telebrás e várias outras.

Por outro lado simplifica a análise do surgimento de entidades, grupos ou personalidades que passaram a despontar na direção da orientação de movimentos sindicais e/ou políticos, como foram os casos da CUT, além de outras centrais sindicais e logo também do PT e do PSDB. Nesse caso a simplificação se expressa ao menos, por exemplo, na falta de análise da composição social de entidades como as já citadas.

O subitem “*A Formação histórica da sociedade brasileira*” inicialmente faz referência à Revolução de 30 que teria ensejado aos pais se estruturar no sentido da construção do capitalismo industrial, o que sugere desde logo a indagação sobre o caráter da Revolução de 30. Trata-se de uma revolução burguesa, ou seja, o Brasil teria realizado sua revolução burguesa em 1930? Se não, de que revolução se trata? Ou esta revolução se deu de forma peculiar no período JK, quando a tese diz que “o Brasil passou da condição de nação agrária para nação industrial e transformou-se num país urbano?”.

Ocorre que a tese atribui à comoção popular decorrente do suicídio de Getulio Vargas a abertura do espaço para a execução do Plano de Metas de JK, com forte participação do capital estrangeiro, que transformaria os pais em uma nação industrial. Ai emerge duas dúvidas: se o pai se tornou uma nação industrial em 1930 ou em 1960 e se isso aconteceu sem revolução burguesa. Ou, ainda, se a revolução burguesa brasileira teria ocorrido de forma peculiar, porque a burguesia nacional a fez em associação com. O capital estrangeiro e em grande medida na forma do modelo “tripartite”, de capital privado nacional e estrangeiro e capital estatal.

Os subitens 116 a 118 revigoram uma posição nitidamente evidente ao longo da tese, a saber: o lamento da não ocorrência de um modelo de desenvolvimento capitalista de caráter nacionalista ai denominado de “auto sustentado”, sob a ‘hegemonia “ou liderança de uma burguesia brasileira. E ai reside outra de nossas duvidas sobre o modelo analítico do processo de expansão do capitalismo brasileiro adotado na tese. Onde está determinado que invariavelmente o capital não se desenvolve ou não se expande porque não realizou uma” revolução burguesa “nos termos da concepção clássica de revolução burguesa de caráter nacional? Daí a pergunta de porque a” dependência associada “é incompatível com o desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente da ocorrência de uma revolução burguesa de novo tipo nos marcos nacionais? E na mesma linha, onde o modelo econômico antipopular, com forte arrocho salarial e mais aparente forte repressão, típico da ditadura apelidada de ‘militar’, vivida no país nos anos 1964/1983 é incompatível com a expansão do capitalismo brasileiro? Já vimos antes que inclusive no plano mundial, sobretudo em longo prazo, o desenvolvimento capitalista não é necessariamente sinônimo de economia e sociedade de prevalência dos salários sobre os demais tipos de renda e tampouco de uma sociedade democrática”.

No item “*O período de estagnação econômica*” temos dúvida de que a “desagregação política e econômica da ditadura e o processo de redemocratização e da Constituinte” tenha impedido o neoliberalismo de implantar-se no Brasil. Quem pode garantir hoje, sobretudo à luz das atuais afirmações de que o governo Lula deu continuidade ao neoliberalismo dos governos Collor, Itamar e FHC, que se o Presidente Lula tivesse sido eleito em 1989 o neoliberalismo não teria também então se iniciado a implantar-se no Brasil?

Na tese fala-se de uma “mudança de qualidade no processo de acumulação de capital” e de uma nova forma de relacionamento entre o grande capital internacional, a grande burguesia associada e o Estado, a partir da crise dos anos 1990. Contudo, aí não se leva em conta o início em 1973 da crise mundial que persiste até os dias atuais. Além disso, fala-se de uma composição de forças sociais, nos planos internacional e nacional, com aumento do poder do capital financeiro, com especiais recomposições de alianças no Brasil, que tiveram sua expressão no governo FHC e estaríamos tendo continuidade no governo Lula. É a própria tese que afirma ser o início da hegemonia do capital financeiro no primeiro governo Collor, no começo da década de 1990, seguido pelos três governos posteriores. Então, tudo indica que esse processo independeu desde o início de qual fosse o governo no país.

Nesse item, o sub item 123 parece conter o equívoco de fazer algumas afirmações sobre o ex-presidente FHC ao menos discutíveis. Primeiramente na caracterização de seu “passado intelectual honesto, com perfil progressista”. E em segundo lugar, ao apontá-lo erradamente como “exilado” durante a ditadura, já que este senhor nunca foi exilado. Ele foi aposentado pela ditadura como professor da USP e passou a residir no Chile, onde foi funcionário da CEPAL e também professor universitário.

O sub-item 124 também poderia ter feito referência especial à privatização da Vale do Rio Doce, um dos maiores crimes de lesa-pátria cometido no país, no governo FHC.

O item “Conjuntura Econômica e contexto político recente” deixa de registrar a existência da “Carta aos Brasileiros” (o que faz de forma genérica na tese 3), na qual o atual Presidente da República comprometia-se em vários aspectos do modelo de desenvolvimento econômico, político e social vigente no país, a assumir alguns pontos-chaves da política econômica que vinha sendo seguida no Brasil. Ou seja, se a população e com ela Partidos políticos de esquerda votaram nele optando por um modelo diferente do que vigorava fé-lo de forma auto enganada.

Outra questão deste sub item e dos que se seguem é a da caracterização de “retardatária” para a social democracia brasileira. Outra vez, como o caso da expressão “revolução burguesa”, entende a tese que o conteúdo do conceito ‘social democracia’ não varia no tempo e no espaço. Neste caso parece-nos rara a afirmação de que “a social democracia tardia brasileira” é constituída de “lideranças despolitizadas ideologicamente”. Ao nosso ver não é bem isso. Da mesma forma que a social democracia clássica “rompeu” com o marxismo, como diz a tese, a brasileira, tanto do PSDB quanto do PT, nunca teve em seu interior tendências majoritárias de natureza marxista, por exemplo, não obstante sua politização capitalista.

Além disso, consideramos um erro não distinguir as posições políticas dos partidos e de suas lideranças, inclusive no Brasil, entre a fase chamada da “ditadura militar” e a fase pós ditadura, notadamente quando os postulantes de posições social democratas passaram a ser governo, sejam do PSDB, sejam do PT. Aqui outra vez lembramos que na tese parece continuar faltando, quando se refere aos Partidos brasileiros, uma análise da composição social de seus quadros, em termos sobretudo de sua origem de classe.

Em relação ao item 144 temos dúvida se os níveis de salário das diferentes categorias de assalariados, inclusive a do mínimo, nos governos Lula, são irrisórios, se comparados com os governos que o antecederam no passado recente no Brasil. Por outro lado, seria relevante comparar também entre tais governos, se possível, o comportamento das taxas médias de mais-valia e de lucro predominantes nessas épocas. Sabe-se, por exemplo, que as massas de lucro de várias instituições financeiras no país foram

exorbitantes nos anos mais recentes, mas não se têm quantificadas as taxas de mais-valia nem de lucro nessas fases distintas.

No item “*A Crise do Capitalismo e as Perspectivas dos trabalhadores no Brasil*”, o item 153 fala de “novos patamares” de extração de mais-valia em decorrência da reestruturação produtiva no Brasil sem, contudo, outra vez, quantificar as respectivas taxas de mais-valia.

Neste item admite-se que a CUT tem grande responsabilidade no que é considerada uma “social democracia liberal” do PT. Por outro lado, atribui-se à reestruturação produtiva o motivo da “divisão de classe” na base, o que teria levado à divisão na sua direção. Além disso, afirma-se que as dificuldades de organização sindical do país devem-se ao petismo, que tem disseminado uma cultura política despolitizante e espontaneísta. Por outro lado, a tese, após criticar todas as demais centrais sindicais do país, posiciona-se em favor da Intersindical, considerada a mais conseqüente e registra a existência de um campo político de oposição ao governo e ao capital, também considerada parte da Frente Anticapitalista, da qual estariam fazendo parte a Intersindical, a Conlutas, o MST, o Movimento dos Sem Teto, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, a Consulta Popular, os partidos que compuseram a frente de esquerda eleitoral nas últimas eleições e partidos e organizações que já não pretendem a legalidade eleitoral, tudo isso escoando no sentido de fortalecer a organização da Intersindical, na direção de uma central sindical classista.

Em resumidas contas, à CUT, ao PT e às centrais sindicais ligadas a outros partidos políticos “de esquerda” ou não, são atribuídos os ônus da debilidade do movimento sindical brasileiro, em sua maioria não orientados para o sentido classista. Ou seja, as demais forças são consideradas responsáveis pelos erros e equívocos do movimento e mesmo a idéia de orientação “classista” não é reconhecida sequer a outras correntes que também se atribuem tal linha de atuação, como é o caso da Corrente Sindical Classista hoje integrada à CTB.

A partir dessas constatações a tese alinha 10 pressupostos como base da reconstrução do movimento sindical brasileiro e nos sub itens 175 a 185 apresenta as conclusões deste seu último item. Primeiramente estabelece a necessidade da presença orgânica do partido comunista no movimento sindical e junto à “classe operária” e afirma que a construção da vanguarda deve andar no passo da rearticulação do movimento. Por outro lado, destaca o papel do MST e da atual formulação política de sua direção, em relação à Reforma Agrária (considerando a impossibilidade de uma mudança real nos limites do capitalismo) como fatores favoráveis a contar-se com esse movimento nos marcos da formação de um “bloco histórico” de caráter socialista, mantendo-se no campo estratégico da revolução socialista no Brasil.

Finalmente, a tese defende que estamos em um momento especial para a luta de classe no país, de “crise global” do capitalismo” que abre o novo período histórico da luta de classes no Brasil.

Assim, o PCB conclama os “trabalhadores” e várias organizações, entidades e movimentos à luta visando a construção de uma “frente anti capitalista” voltada para um calendário de lutas e um programa político capazes de oferecer uma ofensiva ideológica de denúncia do capitalismo e em prol da construção do socialismo. Propugna a formação de um novo Bloco Histórico, o Bloco Proletário e Popular, capaz de romper com o Bloco Conservador Liberal Burguês, que representa a aliança de classes entre a burguesia imperialista, o imperialismo, a pequena burguesia política através da qual impôs-se uma hegemonia passiva a setores do proletariado e das camadas mais pobres. E conclui afirmando que o caráter da revolução brasileira é socialista, na qual é necessário construir uma contra hegemonia proletária e socialista.

É possível arrolar alguns pontos chaves dessa formulação final da tese. Com efeito, como se pode ver, teoricamente, nesta tese outra vez estamos diante do recurso a categorias gramscianas (hegemonia e bloco histórico basicamente) na formulação de suas conclusões.

Não obstante a clássica defesa da necessidade de apenas um Partido político de vanguarda do processo (no caso o PCB) propõe-se também a formação de uma frente, de caráter anticapitalista mas já agora não mais anti governo, como antes claramente enunciado. Além disso, fala-se de um calendário e programa político destinados a “oferecer uma ofensiva ideológica de denúncia do capitalismo e em prol da construção do socialismo”. Aqui parece desprezar-se o ângulo objetivo da ofensiva proposta e limita-se à denúncia do capitalismo e não propriamente a sua derrubada ou destruição (o que irá aparecer adiante na terceira tese), além de descuidar-se de especificação de como isso será feito, particularmente no tocante às diferentes formas de luta (o que também aparecerá na terceira tese direcionada diretamente à concepção da estratégia e tática da revolução socialista já proposta nesta).

- (1) TEIXEIRA, Francisco José Soares, “*Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho*”, in Anais do II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Vol II, ABET, SP, 1993, pgs. 865/884
- (2) BELLUZZO, Luiz Gonzaga, “*O Capitalismo e seu Desenvolvimento Contraditório*”, in “Capitalismo Contemporâneo e a Nova Luta pelo Socialismo”, Ed. Anita Garibaldi, SP, 2008, pgs. 54/63
- (3) CASTRO, “*Mudanças Recentes e Perspectivas do Trabalho e do Movimento Sindical*”, in Rev. Confluências, UFF,RJ,pg. 55

C - Tese 2 – Socialismo-Balço e Perspectivas

No item “*O Contexto em que se dá o debate*”, subitem 4, a redução da taxa de lucro no capitalismo nas ultimas décadas e na “crise” atual é registrada outra vez sem quantificação.

No item 9 talvez não fosse demasiado acrescentar que entre os 200.000 bilionários surgidos após a queda da URSS, segundo a imprensa do mundo capitalista, estariam alguns ex-dirigentes do PCUS. Se for o caso tal afirmação talvez deva ser desmentida.

Nos itens “*O debate*” e “*Análise e Balço das experiências socialistas do século XX*” examinam-se o surgimento, a expansão e o declínio do socialismo na maioria dos países em que existiu no século XX, inicialmente apresentando certa resenha das distintas posições apologéticas ou críticas das realidades de tais países e mais especificamente da URSS. Em seguida, como síntese, distinguem-se dois momentos de transição (o da passagem da tomada do poder político pelas forças revolucionárias de natureza socialista e o da evolução da sociedade socialista).

Desta parte, sub itens 16 a 39 destacamos primeiro uma análise superficial, no caso da URSS, da distinção entre os períodos marcados pelos anos 1930 e pelos anos 1950 e em segundo lugar da questão das classes sociais no chamado segundo momento da transição já enunciado e finalmente certa minimização do papel das condições objetivas inclusive internas aos países socialista de então, ao se destacar “o papel decisivo do fator subjetivo no desenvolvimento das relações sociais”. E aqui quem sabe já fosse um momento apropriado para levantar a questão do revisionismo e do oportunismo no caso do aspecto subjetivo.. Isso inclusive porque nos parece relevante também analisar mais profundamente a natureza ou o conteúdo em fases distintas do desenvolvimento sobretudo da URSS, do que nesta tese se chama de “codificação do marxismo”, desdobrado no registro da produção de ‘manuais bons e ruins’.

Dos itens 40 a 64 a tese discorre sobre inúmeros e complexos fatores que concorreram para o surgimento, ascensão e declínio do socialismo à época, talvez abordando de forma também superficial, na relação contraditória entre o capitalismo e o socialismo, a distinção entre as políticas e as eras da “guerra fria” e da “coexistência pacífica”.

No item 65, a tese que antes fizera um resgate das diferentes visões sobre as razões da queda do socialismo sobretudo na URSS, numa posição aparentemente equidistante, assume uma posição, ao afirmar que “no entanto, outras causas, mais profundas, podem ser apontadas para esta queda, Entre as principais razões está, seguramente, a visão e teorização da dinâmica da luta de classes, do desenvolvimento do capitalismo e da construção do socialismo, surgidas ainda nos anos 1930, após a

ascensão de **Stalin** ao poder, que se consolidariam nas décadas seguintes, através da codificação do marxismo produzida pelo PCUS no período, acompanhada de uma simplificada teoria materializada em manuais do marxismo-leninismo difundidos a todos os Partidos comunistas do mundo” Coerente com essa posição, mais adiante, no sub item 67, a tese afirma que “No capítulo IV da História do PCUS, um trabalho realizado coletivamente e coordenado por **Stalin**, estão muitos dos elementos que delinearão esta codificação do pensamento marxista, construída principalmente a partir de citações reordenadas de elementos dos trabalhos de Marx e Engels)”. Na esteira dessa atribuição de culpa fundamental a Stalin pelo retrocesso do socialismo soviético, sem dúvida uma posição absolutamente **anti stalinista**, esta tese recupera de forma unilateral a velha questão do “burocratismo” que na verdade também foi alvo de ao menos duas versões pelas forças em debate então no interior do próprio PCUS, mas aqui não é resgatada dessa maneira.

O prosseguimento da análise, a partir do item 67, nessa linha de raciocínio, agora inicia por minimizar a importância sobretudo dos erros dos próprios Partidos comunistas em seus países no resto do mundo, ao constatar que “pela repetição acrítica e atemporal de fórmulas prontas para o que fazer, inúmeros foram os erros cometidos pelos comunistas em diversos países do mundo”. Ainda aí afigura-se relevante o fato de que a tese sequer cita o XX Congresso do PCUS, no qual se deu a guinada fundamental, entre a linha que este Partido vinha seguindo até então e as da “coexistência pacífica” com o capitalismo, ao tempo em que a cada vez mais exarcebada afirmação do “revisionismo”. Tanto em relação a Marx, Engels e Lenin, como em relação às posições teóricas e ideológicas anteriores desse Partido.

A partir daí esta tese alinha o que considera avanços e acertos e também erros e equívocos da experiência socialista vivida no século XX, voltando a incorporar uma inspiração e sobretudo uma linguagem gramsciana, ao considerar como questão chave desse processo “não se ter formado, no período histórico correspondente, uma hegemonia política e cultural socialista sólida, naqueles países, capaz de manter e até desenvolver e aprofundar o ideário socialista e comunista”.

No item 87 outra vez o **anti stalinismo** se evidencia ao se atribuir a responsabilidade por vários elementos negativos (imbricação Partido/Estado, empobrecimento teórico, acomodação da militância, burocratização do Partido, corrupção e rendição ideológica de muitos quadros), entre outros fatores, à visão e ao estilo carismático e personalista de Stalin.

Ainda nesta parte da Tese esta se posiciona favorável à recriação de uma organização internacional dos comunistas, sem qualquer análise das quatro denominadas I, II, III e IV Internacionais que já existiram no mundo.

Prosseguindo, o item “**A construção do socialismo no século XXI**”, a partir do sub item 98, a tese trata de reafirmar sua posição que considera hoje historicamente impossível a etapa social democrata e a aliança burguesia-proletariado e distingue as fases de conquista do poder da de “transição para o socialismo”. Estranhamente, não obstante o fato daquela preceder necessariamente a esta, propõe vários eixos para a segunda. Salvo engano de nossa parte tais eixos dizem respeito à tomada do poder e à construção do socialismo no plano mundial, razão porque, por exemplo o item 7 desses eixos fala de “partidos comunistas” e não apenas de um partido comunista.

Finalmente, o item “**Medidas de primeira ordem após a tomada do poder político**”, sub item 99, outra vez minimizando a relevância da fase de tomada do poder político, alinha 17 pontos a serem perseguidos na luta pela construção do socialismo do século XXI. Por uma falha editorial os 17 pontos estão repetidos com itemizações de números e/ou alfabéticas.

D - Tese 3 – A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil

Em sua **“Introdução”** a primeira observação é a de que a tese não inclui entre os aspectos fundamentais da conquista do poder político a questão das possíveis distintas formas de luta. A segunda é de que na concepção do Bloco Histórico do Proletariado como a ferramenta fundamental para a conquista do poder a tese resgata de novo a terminologia gramsciana.

No item **“As estratégias revolucionárias ao longo da história”** a tese, em nome do PCB, ao assumir a sua fundação no Brasil em 1922, praticamente descarta a possibilidade de outros (PCdoB e PCML, por exemplo) que no país também consideram sua fundação naquele ano, portanto também se atribuem a herança do antigo PCB, denominado Partidão. Nos sub itens de 5 a 15 a tese resgata processos da história brasileira a partir daquele ano até os dias atuais, com destaque para a trajetória do Partido Comunista Brasileiro. Além disso discute as questões da diferença entre as Frente Democrática e Frente Popular que teriam sido propostas e encaminhadas pela esquerda nesse processo e cuida de distinguir a velha concepção de Frente da supostamente mais recente e adequada de Bloco Histórico. Aqui outra vez registramos nossa dúvida sobre o acerto ou não dessa substituição nominal desses instrumentos de luta.

Há algo de ambíguo nas idéias contidas nos itens 7 e 16 em relação ao caráter “dependente” da formação sócio econômica brasileira.. No primeiro afirma-se claramente a natureza dependente desta formação, no segundo tal caracterização parece ser negada ou considerada discutível. No mínimo a posição sobre a natureza “dependente e associada” do capitalismo brasileiro está a carecer de melhor explicitação. Aqui pareceria aconselhável um resgate das convergências e divergências nos debates e polêmicas que envolvem o pensamento de autores socialistas e comunistas, ou não, a partir de Marx e Engels, passando por outros, entre os quais Lênin e Trotsky e mais recentemente sobretudo no âmbito americano por Andrés Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, por exemplo, em torno das questões envolvendo os países colonizados e já em nossos dias das “teoria da dependência”, se é possível designá-las como tal.

Ainda no item **“Caracterização da Formação Social Brasileira”**, sub item 16, as estratégias revolucionárias anteriores alinhadas na tese como seguidas no Brasil, parecem confundir os ângulos de base territorial, de forma e base territorial de luta e o de âmbito da luta.

Quanto à formação social brasileira sentimos a costumeira falta de análise do significado das “forças produtivas materiais” ou dos recursos naturais em países continentais e fertilíssimos com é o caso do Brasil, na medida em que estas podem diferenciar em muito o que em Marx foi considerado o complexo nexos contraditório das relações homemxnatureza e homemxhomem.

No item **“Estrutura de Classes no Brasil”**, sub item 23, há outra vez o recurso mais ou menos indiscriminado a categorias como “proletariado”, “operariado” e “assalariado”, sem distinção de seus significados sobretudo nos contextos a que se referem. No sub item 27 a referência genérica ao exército industrial de reserva deixa de levar em conta as diferenças desta superpopulação relativa no tocante às suas especificações, captadas no pensamento de Marx, enquanto segmentos flutuante, latente, estagnada e lumpen (1).

No item 29 seria da maior relevância que se agregasse a magnitude representada pelos blocos burgueses (nacional e internacional) setores médios tendentes ao assalariamento e à proletarização, proletariado (urbano e rural) e sub proletariado e campesinato.

No item **“A Superestrutura Política e o Estado”** suscitamos primeiro a dúvida sobre se efetivamente desapareceu do cenário da estrutura de classes no Brasil a figura do “latifúndio tradicional” e se isso for verdade que fim teria levado este segmento. Ainda aí se fala na formação, na década de 80, da CUT, do PT e do MST, além da reorganização da UNE, omitindo-se a criação nesta época também de outras entidades como as centrais sindicais CGT e Força Sindical.

O sub item 37 refere-se a algo que, ao nosso ver, lamentavelmente está muito pouco analisado nestas teses ao XIV Congresso do PCB, ou seja, a questão da “criminalização dos movimentos sociais, da militância anticapitalista e da pobreza”, sobre a qual voltaremos a abordar mais adiante. Outra fragilidade desta tese diz respeito à forma tímida com que a tese trata a questão dos negros no Brasil. No caso desta parte em que se fala de lutas inclusive das mulheres e da juventude é como se aquela não existisse.

No item “*A Revolução Brasileira é uma Revolução Socialista*” o sub item 42 recorre-se à expressão Revolução Permanente nos termos em que a teriam concebido Marx e Engels, certamente bastante diferente do significado que Trotsky posteriormente emprestou a essa expressão.

No sub item 40 temos duvida se o fato da burguesia brasileira estar associada ao imperialismo seja condição suficiente para a afirmação de que “o Brasil, sob todos os aspectos, já cumpriu o ciclo burguês”.

No sub item 45 parece ressurgir a questão dos negros no bojo do que a tese chama de “luta por identidade étnica” o que sem duvida não é a mesma coisa. Ai também outra vez se fala de queda da taxa de lucro sem quantificação.

No sub item 46 sentimos falta da velha figura da “ditadura do proletariado”, quando se fala da “formação de um Estado proletário”. O que acontece, ela foi relegada às calendas gregas? Ou é rejeitada, embora não explicitamente, nesta tese?

No sub item 47, quando se diz que “toda a experiência histórica dos trabalhadores demonstrou que qualquer forma de pacto com a burguesia é uma miragem que confunde os trabalhadores” estão sendo consideradas as experiências da Rússia de 1910 e outubro de 1917 e a da China na fase de aliança com Chiang Kay Chek?

No sub item “*Política de alianças no quadro de uma estratégia socialista*” temos a impressão de que se substitui a idéia de etapas pela de admissão de “mediações” ou ‘demandas imediatas’ para uma fase que estaria ainda no contexto do capitalismo. Ou não é isso?

No sub item 52 outra vez parece-nos minimizado o monstruoso crime de lesa pátria cometido pelo governo FHC sobretudo na privatização da Vale do Rio Doce e do sistema de telecomunicações, além da exorbitância da taxa de juros prevalecente então no país.

No sub item 53 afinal faz-se referencia à “Carta aos Brasileiros” de Lula, ainda candidato, com a qual, à época foi apoiado por vários setores considerados de esquerda, inclusive o PCB, salvo engano nosso.

No sub item 56 indagamos que setor do capital representam os partidos PT, PCdoB e PSB?

Nos sub itens 57 a 64 não fica claro a que classe ou classes sociais pertencem os componentes do Bloco Histórico Proletário.

Sobre o sub item 65 quem detém hoje o “ponto de vista do proletariado” no Brasil?

A previsão do sub item 66 sobre o inexorável caminho, do que ai se chama a “pequena burguesia burocrática”, contrária aos interesse do proletariado, afigura-se como um misto de exagerado pessimismo com um chega p’ra lá antecipado, sobretudo ao já considerá-la inimiga.

No sub itens 67 e 68 porque não identificar claramente os “setores reformistas que pareceriam entender não haver mais espaço para ilusões de disputa “à esquerda no governo Lula” ou aqueles com os quais é possível unidade de ação em questões pontuais?

No item “*A via estratégica da revolução Socialista no Brasil: hegemonia e contra-hegemonia*”, sub itens 72 e 73, as questões da “correlação de forças” e das formas de luta são retomadas e no segundo caso

agora de forma mais clara e contundente ao se falar de “combinação efetiva de todas as formas de ação” para o que se invocam idéias de Guevara e Lênin e adiante se acrescenta a idéia de “fora dos limites da ordem burguesa” No primeiro caso, o da correlação de forças, lamentavelmente a referencia mais contextual fala de “quando a correlação de forças em nível mundial estiver definitivamente favorável aos trabalhadores”.

Em seguida a tese 3 vai diferenciando as formas de organização e de institucionalidade da ordem burguesa das demandadas pela construção do poder com base no Bloco Histórico Proletário e popular proposto nesta tese. A isso só repetimos nossa indagação de porque a substituição nominal de Frente por Bloco Histórico? O que na essência diferencia tais expressões em termos de conteúdo?

Ainda neste item, entendemos que o sub item 80 propõe “a construção de órgãos do poder proletário e popular” de forma muito similar à clássica posição predominante no processo da revolução russa, a de criação do poder dos “soviets”, além de alguma possível semelhança também com o “poder popular” típico da revolução cubana. No item 84 outra vez se usam indistintamente as categorias “proletariado” e “classe trabalhadora” sem explicitação dos seus conteúdos.

A partir deste ponto da tese nos demos conta de que os 3 itens finais (*Eixos Fundamentais de um programa de transição, Desdobramentos Táticos da Estratégia Socialista e Tática política imediata*) revelam mais claramente um pano de fundo ponto de partida das 3 teses. Salvo lamentável engano de nossa parte, a concepção geral delas se inspira ora em formulações de Antonio Gramsci (conceito de hegemonia e expressão “bloco histórico) ora e sobretudo nas idéias básicas contidas no “**Programa de Transição**”, da autoria de **Leon Trotsky** (2) escrito por ele em 1938. Obviamente não se trata de uma importação absoluta ou copia e nem mesmo de uma aplicação simplista de “esquema teórico feito a priori para a orientação da luta de classe”, procedimento condenado pelo próprio Trotsky quando escreveu este seu texto.

No entanto as premissas básicas e alguns princípios fundamentais contidos nas formulações desses dois autores sem duvida estão presentes nestas teses e já agora mais explicitamente nesta terceira. Notadamente tanto naquele programa elaborado por Trotsky para a Quarta Internacional quanto no contido nesta tese estão presentes as concepções básicas do primeiro.

Observe-se o que diz Trotsky no início do seu Programa: “As condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer. Sem uma revolução socialista no próximo período histórico, toda a humanidade está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende agora do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua Vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se resume à crise da direção revolucionária”. Mais adiante, ao discutir a diferença entre o “programa mínimo” e o “programa máximo” que teriam norteados fases passadas da luta evolucionaria no capitalismo, inclusive por parte da social democracia, Trotsky afirma: “À medida que as velhas reivindicações parciais, “mínimas” das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo – a Quarta Internacional levanta um sistema de **reivindicações transitórias**, cuja essência reside no fato de que, cada vez mais aberta e resolutamente, elas estarão dirigidas contra as próprias bases do sistema burguês. O velho “programa mínimo” é ultrapassado pelo **programa de transição**, cuja tarefa consiste na mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária”.

Por sua vez, esta terceira tese registra: “Afirmamos que a revolução brasileira é uma Revolução Socialista, considerando que o Brasil é uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional constituiu-se em classe hegemônica e dominante, que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e dominante, formado pela aliança entre a grande burguesia monopolista, o monopólio capitalista da terra, o imperialismo e um setor político da pequena burguesia política que, através de burocracias partidárias e sindicais e o controle de mecanismos de governo, cooptaram e buscam neutralizar o proletariado...”.

Se o que dissemos antes for verdadeiro perde algum sentido aqui uma discussão detalhada, como foi feito mais ou menos em relação às duas teses anteriores e parte desta, das propostas colocadas nesta “como marco inicial de um programa de transição”, as propostas para um “programa de transição ao socialismo” e das “ações políticas táticas, listadas na tese, “sem ordem de hierarquia”, salvo um ou outro caso específico que mesmo neste limite são ao menos discutíveis. Tal é o caso, por exemplo, da inclusão em trecho anterior desta tese, entre as lutas específicas, a da luta por identidade étnica (certamente diferente da luta particular dos negros) e sua omissão quando das propostas incluídas no “programa de transição” ou em seus “desdobramentos táticos” e imediatos. Do mesmo modo, não teríamos porque questionar, por exemplo, que a ‘escala móvel de horas de trabalho’ esteja contida entre as palavras de ordem táticas do programa de transição de Trotsky e as de “nenhuma perda de direitos”, ou de “redução da jornada de trabalho sem redução de salário” estejam incluídas entre as desta tese do PCB ao XIV Congresso.

A rigor a esta altura da nossa análise e discussão das três teses não seria apropriado, sobretudo nesta parte final questionar também, por exemplo, a concepção das diferentes formas de luta (todas segundo esta tese, aí incluídas a autodefesa e o direito à rebelião) ou as reivindicações imediatas ou mínimas e transitórias ou máximas, até porque nossa dúvida agora reside na justeza da adoção dos princípios, premissas ou pressupostos contidos no Programa de Transição de Trotsky, nas teses ao XIV Congresso do PCB, expressados na “estratégia e tática da Revolução Socialista no Brasil”.

Então, o que questionamos já agora são os fundamentos das três teses, notadamente porque entendemos que, além das análises, previsões e propostas que levaram Trotsky a conceber o seu Programa de Transição, sobretudo as duas últimas, não se terem confirmado na história do capitalismo nos últimos 65 anos, elas se referiam ao capitalismo mundial e em outra conjuntura (anos 38 do século passado) e as atuais do PCB dizem respeito ao contexto nacional brasileiro no presente.

Além disso, sem aprofundamento das reflexões em torno de uma questão que no momento nos parece central, preferimos no mínimo levantar a hipótese de que, independentemente das demais diferenças entre o âmbito internacional e o nacional e entre as conjunturas do capitalismo daquela época e de hoje, além da novidade do capitalismo neoliberal de predominância mais recente, este sistema hoje envolve um ângulo particularíssimo dos nossos dias, na relação entre os mercados formal e informal e a expressão política inclusive dessas duas dimensões, qual seja a criminalização diretamente política, particularmente no caso do fenômeno do ‘terrorismo’ e indiretamente nos casos dos sistemas de tráfico de drogas, de armas, de mulheres, de crianças, de animais, de medicamentos e de plantas, além do chamado crime comum organizado, cujas implicações estão apenas suscitadas de forma aligeirada e genérica por esta tese, no item **“Desdobramentos Táticos da estratégia socialista”**, no sub item 87-4, quando, referindo-se à dinamização do movimento popular, registra-se que “A coexistência, em vários casos, com a economia política da criminalidade envolverá também desafios de organização para autodefesa”.

Daí a nossa convicção de que a luta de classes atualmente inclusive no Brasil está propositalmente demarcada em dois campos nítidos, o formal e o informal do mundo das mercadorias e simultaneamente do legítimo e ilegítimo, ou legal e ilegal, no mundo jurídico. Se isso for procedente, as estratégia e tática atuais de luta no sentido da revolução socialista não podem prescindir de equacionar na medida necessária linhas de ação que envolvam esses dois planos. Nesse sentido, embora tenhamos dúvida de que efetivamente cabe hoje exclusivamente à “vanguarda da luta proletária” o redirecionamento da luta revolucionária no sentido socialista, temos claro, se não o conservadorismo, ao menos uma alienação ou apatia geral de grandes camadas proletárias e de classe média ou pequeno burguesa no capitalismo hodierno, inclusive no Brasil, sobretudo no âmbito do mercado formal e das relações sociais e individuais legítimas e legais.

Contudo, parece-nos que no mercado informal tanto o volume de recursos atualmente circulante é imensamente superior ao que era no capitalismo clássico, quanto a ampla gama das relações jurídico sociais e individuais ilegítimas e ilegais é cada vez mais crescente. Nesse sentido as contradições inclusive de classe no âmbito deste campo ganham hoje preeminência inquestionável até mesmo pela forma

nitidamente violenta em que se dão as lutas em seu interior. Daí não ser possível hoje estabelecer com rigor nenhuma estratégia ou tática de luta revolucionária no capitalismo sem levar na devida conta o imenso peso relativo que representam as relações sociais, entre elas a da luta de classes, no mundo da informalidade e da ilegitimidade ou ilegalidade .

Portanto, a par da discussão da adequação ou não da aplicação de teorias real ou supostamente revolucionárias socialistas elaboradas a partir das realidades dos séculos XIX e XX para o século atual, também seja bastante necessário emprestar a devida relevância às relações desenvolvidas no âmbito do capitalismo marginal ou informal.

Finalmente, retomando aqui uma questão suscitada desde os comentários iniciais à tese 1, parece também relevante resgatar, salvo engano de nossa parte, a nossa convicção de que ao ensejo da formulação dessas teses ao XIV Congresso do PCB na conjuntura atual, estas estão igualmente enormemente marcadas pela ocorrência do que ao menos alguns pensadores e/ou algumas entidades consideram uma crise do capitalismo “sem precedentes”. Nesse sentido nossa opinião é de que talvez fosse também aconselhável uma discussão mais aprofundada sobre a natureza da crise que estaria experimentando o capitalismo atual em termos mundiais e em termos de alguns contextos particulares em seu interior, inclusive nacionais.

Obviamente já é abundante a produção teórica e ideológica analisando e criticando a crise ora experimentada pelo capitalismo em todo o mundo. Não obstante, parece-nos não ser pacífica a interpretação do seu significado nem no âmbito dos defensores deste sistema econômico e regime político nem no âmbito dos seus críticos e/ou contestadores. Ai estão as convergências e divergências, por exemplo, em torno do caráter cíclico de curto, médio ou longo prazo, da natureza conjuntural ou estrutural, do seu sentido de orientação contínua ou terminal, para a crise que o capitalismo vive no momento.

Observemos o que diz a tese 1 no item sobre “*A Crise Econômica atual*”: “A crise representa o fim de um período marcado pela presença hegemônica do projeto neoliberal, que propiciou uma forma de acumulação pela qual a saída do Estado da esfera da produção - com a privatização de empresas públicas - e do planejamento, desregulamentação da economia, o fim dos sistemas de proteção à produção interna, a retirada dos direitos dos trabalhadores, o desmonte dos sistemas de bem estar públicos e outras medidas deram a tônica, objetivando oferecer toda a liberdade aos capitais e aumentar a taxa de exploração do trabalho”... E adiante “a crise significa também uma derrota política do capitalismo e a quebra de todos os mitos criados pelo grande capital para endeusar o neoliberalismo...”

Enquanto isso os meios de comunicação burgueses (3) nestes dias informam que a China e a Índia manterão este ano de 2009 taxas de crescimento do seu Produto Interno Bruto nos níveis de 6 a 8%. E, especificamente hoje, um periódico, no Rio de Janeiro, por exemplo, transcreve as seguintes declarações do atual Ministro da Fazenda do Governo Federal brasileiro: “O Brasil sai na frente, deixando para trás tacas negativas do PIB” e “as minhas previsões estão sendo superadas pelas previsões do mercado. Eu sempre fui um otimista e agora estão dizendo que eu sou um pessimista, pois as previsões do mercado estão melhores” Tais declarações estão seguidas pelas do Professor Marcio Camargo, da PUC/RJ que afirmam: “O Brasil foi um dos primeiros a sair da crise de 1919. Em 1932, já tinha crescimento positivo, enquanto os EUA só passaram a crescer em 1942, no meio da segunda guerra mundial” E ainda o Professor Luiz Gonzaga Belluzzo no mesmo jornal diz que “o Brasil está em posição invejável”, lembrando as reservas internacionais do país de US\$217 bilhões.

Finalmente, o **Jornal Brasil de Fato** (4), em artigo de duas páginas inteiras, assinado por Dafne Melo, da Redação, contém os seguintes registros de alguns entrevistados sobre a denominada “crise” atual:

a) Sobre a crise no Brasil há as seguintes afirmações: “Sim, a crise chegou, embora menos violentamente, porque os Bancos brasileiros ganham muito com os juros mais altos do mundo e comprometeram pouco capital em títulos tóxicos” (Adriano Benayon); “Sim, a crise chegou...” e “do ponto de vista do trabalho, a crise foi muito mais dura do que do ponto de vista do capital, aumento da taxa do desemprego e um

coordenado movimento de retirada de direitos trabalhistas. Os efeitos não foram ainda piores devido à combinação de elevação do salário mínimo, programas de transferência de renda, manutenção da massa salarial e valorização cambial, que impediram o aumento da pobreza na mesma intensidade que em crises anteriores” (Fábio Bueno); e “É claro que a crise chegou ao Brasil, fortemente, ainda no ano passado. A queda do PIB no último trimestre do ano foi de 3,6%, no primeiro deste ano, de 1,5%. A indústria despencou 14% e a indústria de bens de capital se contraiu 25%. (José Carlos de Assis); e por último: “Claro que chegou. Quanto à segunda parte da pergunta, cabem duas considerações: menor do que o que? Ela foi menor do que as previsões que todos faziam (inclusive *The Economist*, *New York Times* etc.) em outubro ou novembro passados. E as perspectivas “catastrofistas” de um certo marxismo vulgar também não foram confirmadas” (Sérgio Lessa)..

b) Quanto às oscilações da crise, afirmam: “Definitivamente estamos em um momento de calma e isso é consensual na esquerda e na direita” (Fabio Bueno); e “Estamos flutuando no fundo do poço. Acho que não cairemos mais, mas acho também que não estamos num curso de verdadeira recuperação” (José Carlos de Assis)..

c) Sobre a reação da esquerda do país: “Esquerda é uma palavra que abrange muita gente diferente uma da outra”... e “A maioria acredita ser viável conviver com a presente estrutura de poder sem que se aprofunde a destruição da civilização”(Adriano Benayon); “não há qualquer viabilidade histórica em uma estratégia política centrada na luta pela democratização do Estado ou pela aproximação com os trabalhadores de um governo neoliberal. Essa esquerda tem servido apenas para iludir os trabalhadores e para dificultar uma retomada das lutas contra o capital” (Sérgio Lessa); “no quadro da fragmentação que marca a esquerda brasileira na década de 2000, conseguimos depois de muito tempo mobilizações em torno do tema da crise, em que pesem os grandes problemas operacionais e políticos enfrentados nesses atos. Isso é um fato importante, mas não diminui o desafio dos sindicatos que foram chamados a combater o ajuste empresarial nos direitos trabalhistas, mostrando sérios limites de atuação. A esquerda deve ficar mais do que atenta ao rebaixamento dos direitos trabalhistas que a burguesia tenta e tentará colocar (Fabio Bueno); e, por último, “esperar que a esquerda saia do nada com propostas é uma expectativa inadequada. O que a esquerda deve fazer é aproveitar este momento para aprofundar sua reflexão sobre o sistema e difundir e divulgar a interpretação que tem sobre o caráter desumano, frágil e nocivo do capitalismo. Agora acho que seria esperar demais que, depois de um século tão conturbado, em que as experiências de esquerda foram tão tumultuadas, a esquerda tivesse uma proposta acabada” (Leda Paulani).

d) Quanto ao futuro próximo: “No Brasil, mostra-se uma tendência de alteração das políticas estatais, pois a manutenção da ajuda à burguesia em um quadro de queda da arrecadação e dificuldades de renovação da dívida exigirá cortes em outras áreas, como a social” (Fabio Bueno); “estamos deixando a Idade Moderna, baseada no princípio da liberdade irrestrita em todos os campos, para entrarmos na Idade da Cooperação, sem a qual será impossível superar a crise econômica, a crise ambiental, a crise política e os desafios da investigação científica” (José Carlos de Assis); “é difícil, acho que há problemas não resolvidos na economia estadunidense e essa questão da confiança deixa tudo instável. Podem haver subidas e descidas. De aqui até uns 12 meses vamos viver numa gangorra, como temos visto” (Leda Paulani); e, por último, “incerto. Não há nada mais incerto do que qualquer prognóstico para os próximos meses. Há crescentes indícios de que os pacotes de ajuda (uma montanha de capital fictício que apenas intensifica a contradição trazida ao sistema do capital pelo crescimento exorbitante – para o próprio capital – do capital fictício) não foram capazes de gerar novas bolhas econômicas para puxar a economia para fora da crise, mesmo que momentaneamente. Somem-se a isso as incertezas quanto às crises militares e a situação dos EUA no Afeganistão e no Iraque, as incertezas do que vai ocorrer com a pandemia da gripe suína e, por fim, as incertezas do comportamento das crescentes tensões sociais nos grandes centros urbanos. Qualquer prognóstico para os próximos meses é terrivelmente incerto – o que é um dado objetivo a mais para demonstrar a profundidade da crise (Sergio Lessa).

Diante das nossas dúvidas sobre a adequação da analogia entre o contexto que deu origem à criação do conceito de “hegemonia” e da expressão de “bloco histórico”(neste caso mais referidos à realidade italiana de certa fase do século XX) bem como do que ensejou o Programa de Transição de Trotsky mais referido

à situação do capitalismo mundial imediatamente anterior à segunda guerra e agora mais ainda das persistentes polêmicas em torno do significado da atualmente denominada “crise global do capitalismo” e suas formas de expressão em termos universais e em termos de cada realidade específica, inclusive nacional, preferimos opinar que qualquer estratégia e tática de orientação no sentido de avanço para o processo de uma revolução socialista no Brasil hoje deveria colocar ênfase numa fase anterior à transição do capitalismo para o socialismo ou, se preferido, numa fase específica dessa transição, qual seja fundamentalmente a de tentativa de preparação para a tomada do poder político das atuais camadas da classe dominante no país. Ao nosso juízo isto, absolutamente indispensável, antecede praticamente todos os itens do denominado “Programa de Transição ao Socialismo”, contido nas pgs. 31 e 32, das teses ao XIV Congresso.

Parece-nos óbvio que nossa posição nestes comentários, independentemente das críticas e/ou dúvidas já formuladas, coerentemente com o já exposto, de qualquer modo, priorizaria a atenção em torno das formulações contidas no que na tese 3 está sendo chamado de “*Tática política imediata*”. Não obstante, também aí nos parece que algumas propostas se constituem até o momento em veias abertas, passíveis de varias concepções e propostas distintas. É o caso, ao nosso ver, do Calendário Nacional de Lutas, da criação dos Comitês e Organismos de Mobilização e também do genericamente proposto “Programa Estratégico e Tático do Poder Popular”.

No tocante à questão da unidade aí suscitada para formação da Frente Permanente Anticapitalista nos parece necessário definir os critérios através dos quais se distinguirão as organizações, entidades, grupos e ou pessoas passíveis de constituir esta Frente, notadamente no que respeita à distinção ou fronteira entre o que a tese está chamando de “reforma” ou “ruptura do capitalismo”. Neste caso observemos que o jornal *Brasil de Fato* (5) mais recente registra os atos unitários ocorridos recentemente nas denominadas ‘jornadas de 14 de agosto’ deste ano promovidos em vários locais do país, em alguns em conjunto pelas centrais sindicais CUT, CTB e Conlutas, além de entidades como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Assembléia Popular e do Grito dos Excluídos Continental, num âmbito mais geral e no caso do campo pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ou seja, na conjuntura da “crise” tudo está a indicar uma potencialidade de unidade dos movimentos populares, sindicais, estudantis e pastorais sociais de natureza mais ampla do que a prevista nesta tese 3.

Finalmente, em se tratando de um Congresso a realizar-se em outubro do corrente ano, parece-nos temerário, em termos de tempo disponível até lá, tanto o estabelecimento do ano “2009 como um ano de intensas mobilizações, resistências, lutas e árduas tarefas de organização e formação política, capazes de lançar as bases de um projeto de Poder Popular para o Brasil”, quanto a fixação ainda para o final deste ano do “Encontro Nacional nos marcos da Frente Anticapitalista”.

- (1) CASTRO, Nadya Araújo, “*Ejercito de Reserva, su especificidad y comportamiento Político em el Desarrollo del Capitalismo Brasileño*”, (tese de doutorado), UNAM, México, 1993, pgs. 89/114
- (2) Trotsky, Leon, “*Programa de Transição*, Proposta Editorial, SP, 1980
- (3) Jornal O Globo, *Caderno de Economia*, pg. 19, 25.08.09
- (4) Jornal *Brasil de Fato*, “*A Crise está em Crise?*” ano 7, n. 336, 6-12/08/2009, pgs.4/5
- (5) Jornal *Brasil de Fato*, ano 7, numero 338, 20 a 26/08.2009, pgs. 2,4,5 e 6